



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RECURSO ELEITORAL Nº 335-71.2012.6.02.0054, CLASSE 30

ACÓRDÃO Nº 9.308
(02.10.2012)

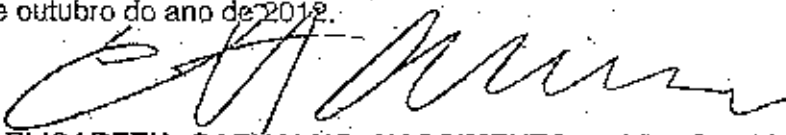
RECURSO ELEITORAL Nº 335-71.2012.6.02.0054, CLASSE 30.
RECORRENTE: ANAMÁLIA GOMES DE BARROS MOURA.
ADVOGADOS: Andréa de Albuquerque Calheiros e outros.
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO.
RELATOR: Des. Eleitoral Otávio Leão Praxedes.

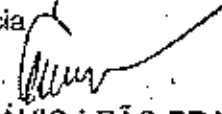
RECURSO INOMINADO. ELEIÇÕES 2012. CARGO, VEREADOR, PROPAGANDA ELEITORAL. CAVALETES. ÁREA PÚBLICA. INCIDÊNCIA DA REGRA CONTIDA NO ART. 37, § 1º, DA LEI Nº 9.504/97. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO CANDIDATO PARA A RESTAURAÇÃO DO BEM. MULTA INDEVIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.


1. A veiculação de propaganda eleitoral em jardins localizados em áreas públicas sujeita o infrator, após notificação, à restauração do bem no prazo assinalado pela Justiça Eleitoral e, caso não cumprida, a pena de multa.
2. É indevida a aplicação de multa, quando ausente a notificação do responsável pela propaganda irregular em bem público ou de uso comum, consoante prevê o § 1º do art. 37 da Lei nº 9.504/97.
3. Recurso provido para afastar a multa imposta.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer o presente recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, aos 02 dias do mês de outubro do ano de 2012.


DESª. ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO – Vice-Presidente no exercício da Presidência


DES. ELEITORAL OTÁVIO LEÃO PRAXEDES – Relator


RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA – Procurador Regional Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RECURSO ELEITORAL Nº 335-71.2012.6.02.0054, CLASSE 50

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Representação ofertada pelo Ministério Público Eleitoral de primeiro grau em desfavor de Anamália Gomes de Barros Moura, candidata ao cargo de Vereador desta Capital, por propaganda eleitoral irregular, consistente na colocação de cavaletes com propaganda eleitoral em jardins públicos.

As fls. 23-28, consta sentença do Juízo Eleitoral da 54ª Zona, que julgou procedente o pedido, condepano a representada ao pagamento de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), enquadrando a conduta da representada na hipótese do § 5º do art. 37 da Lei nº 9.504/1997.

Diante da decisão proferida, a candidata interpôs Recurso Eleitoral, reiterando os argumentos de defesa, entre eles: a) ausência de notificação prévia da candidata, o que configura a falta de prévio conhecimento, isentando, assim, a responsabilidade da candidata; b) de que a propaganda foi recolhida pelos fiscais sem a notificação prévia da candidata, sem que fosse oportunizada a devida adequação; c) de que a efetiva retirada da propaganda irregular elide a imposição da penalidade; d) de que aos bens públicos aplica-se a regra que prevê a necessidade de notificação prévia do candidato como pressuposto para a aplicação da multa; f) de que não há irregularidade na propaganda, uma vez que os cavaletes não estavam na praça propriamente dita e, sim, no canteiro localizado ao longo da via pública; g) e pugnou, enfim, pela reforma integral da sentença de primeiro grau.

Em suas contrarrazões, o órgão ministerial de 1º grau pugna pela manutenção da sentença de piso (fls. 43/44).

Com vistas dos autos, a Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo provimento do recurso, devendo ser afastada a multa imposta, em face da ausência de notificação prévia da recorrente.

É o relatório.

VOTO

Sr. Presidente, conheço do recurso manejado, uma vez que cabível, interposto por parte legítima e dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme prevê o art. 96, § 8º, da Lei nº 9.504/97, e art. 33 da Resolução TSE nº 23.367/2011.

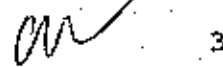
Em relação ao caso em apreço, cuidam os autos de recurso contra decisão proferida pelo Juízo Eleitoral da 54ª Zona, que julgou procedente representação proposta contra a recorrente, por veicular propaganda eleitoral irregular em jardins públicos.

Prescreve o art. 37, § 1º, da Lei nº 9.504/97, que nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e semelhantes.

O § 1º do citado dispositivo, prevê que, em caso de infração, o responsável estará sujeito, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, a pena de multa, em valor compreendido entre R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Vale ressaltar que o § 5º do art. 37, que proíbe a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes cause dano, nada mais é do que uma extensão do caput, ou seja, apenas explicita a cabeça do artigo no que diz respeito às árvores e jardins que se encontram em locais públicos.

Incide, portanto, nesse caso, a regra que determina a notificação do responsável pela propaganda tida por irregular para restaurar o bem público ou de uso comum no prazo assinalado pelo juízo, sob pena de aplicação de multa, até porque a veiculação de propaganda por meio de cavaletes em via pública é permitida pelo § 6º do art. 37 da Lei nº 9.504/97, sendo considerada, em regra, propaganda lícita.







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RECURSO ELEITORAL Nº 335-71.2012.6.02.0054, CLASSE 30

Assim, estando a propaganda em desacordo com a legislação, deve o candidato ser notificado para providenciar a sua regularização.

Compulsando os autos, observa-se que não houve a notificação prévia da recorrente para a restauração do bem, consoante determina o § 1º do art. 37 da Lei nº 9.504/97. Ao invés, de acordo com o Termo de Constatação de fls. 04, a propaganda foi recolhida pela fiscalização e, com base nele, foi ajuizada representação contra a recorrente.

No entanto, em casos desse jaez, este Tribunal Regional e o colendo TSE já se manifestaram no sentido de ser indispensável a notificação para a regularização da propaganda, ressaltando, inclusive, que a retirada do material é suficiente para afastar a multa. Vejamos:

Eleitoral. Propaganda irregular. Locais públicos. Cavaletes imóveis. Vedação. Notificação judicial. Cessação. Multa por infração. Descabimento.

1. Uma vez cessada a propaganda irregular, praticada com o uso de cavaletes imóveis postos em locais públicos, imediatamente depois de notificação feita pela autoridade judicial, não é cabível a aplicação de multa por infração prevista no art. 37, §3º da Lei Federal nº 9.504/97.

2. Recurso improvido.

(TRE/AL, RE nº 482, Acórdão nº 5.672, de 18/09/2008, Rel. Des. Eleitoral André Luiz Maia Tobias Granja, PSESS)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. COMPROVAÇÃO DA EFETIVA RETIRADA. ÔNUS DA PROVA. REPRESENTADO. DESPROVIMENTO.

1. Segundo a jurisprudência do e. TSE, comprovada a realização de propaganda eleitoral irregular em bem de uso comum, a imposição de multa somente ocorre no caso de descumprimento da notificação judicial para sua imediata retirada (REspe nº 27.626/SP, Rel. Min. Caputo Bastos, DJ de 20.2.2008).

2. No caso, de acordo com a moldura fática delimitada na instância regional, é incontroverso o fato de que os agravantes divulgaram propaganda eleitoral irregular em bem de uso comum. Controverte-se a respeito do fato de os agravantes terem providenciado a retirada de referida propaganda, após notificação judicial.

3. Cabe às partes responsáveis pelo ato ilícito provar o efetivo cumprimento da ordem de retirada da propaganda irregular. A comprovação do fato constitutivo do ilícito eleitoral (propaganda irregular)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
RECURSO ELEITORAL Nº 335-71.2012.6.02.0054, CLASSE 30

devolve aos responsáveis por sua prática o ônus de demonstrar a ocorrência do fato extintivo que alegaram (efetiva retirada), art. 333, I e II do CPC. No caso, nos termos da base-fática do acórdão regional os agravantes não provaram a efetiva retirada da propaganda irregular, não havendo-se falar em presunção de cumprimento da ordem judicial que afaste a pena de multa.

4. Provimento do recurso especial que não encontra óbice na Súmula nº 7/STJ, por exigir apenas a aplicação da regra processual sobre o ônus da prova (art. 333, I e II, do CPC).

5. Agravo regimental não provido.

(AgR-REspe nº 35.869/MG, Acórdão de 27/04/2010, Rel. Min. Aldir Guimarães Passarinho Júnior, DJE de 19/05/2010)

ELEIÇÕES 2006. Agravo regimental no recurso especial. Propaganda irregular. Ofensa. Art. 37, § 1º, da Lei nº 9.504/97. (Nova redação. Lei nº 11.300/2006. Notificação. Restauração do bem. Prazo estabelecido judicialmente. Multa indevida. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.

A nova redação do § 1º do art. 37 da Lei nº 9.504/97 estabelece que a efetiva retirada da propaganda irregular, no prazo estabelecido na notificação, elide a aplicação da penalidade, não se aplicando a anterior jurisprudência de que as circunstâncias e peculiaridades do caso concreto permitiriam a imposição da multa, desde que reconhecidos o prévio conhecimento e a responsabilidade do infrator.

(AgR-AgR-REspe nº 27.745/SP, Acórdão de 30/06/2009, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJE de 31/08/2009)

É indevida, portanto, a aplicação da multa, prevista no § 1º do art. 37 da Lei nº 9.504/97, quando ausente a notificação do responsável pela propaganda irregular em bem público ou de uso comum para a restauração do bem no prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral.

Ante o exposto, voto pelo conhecimento do recurso, para dar-lhe provimento, a fim de afastar a multa aplicada pelo juízo de primeiro grau.

É como voto.

Des. OTÁVIO LEÃO PRAXEDES
Relator



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Récurso Eleitoral Nº 335-71.2012.6.02.0054

Prot. 41.345/2012

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 02/10/2012 (SESSÃO Nº 94/2012)

RELATOR(A): DESEMBARGADOR ELEITORAL SUBSTITUTO OTÁVIO LEÃO PRAXEDES

PRESIDENTE DA SESSÃO: DESEMBARGADOR ELEITORAL ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL: Dr(a). RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

SECRETÁRIO: MARCONDES GRACE SILVA

AUTUAÇÃO

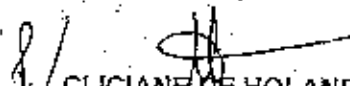
RÉCORRENTE(S) : ANAMÁLIA GOMES DE BARROS MOURA
ADVOGADO : Andréa de Albuquerque Calheiros
ADVOGADO : Ricardo Antonio de Barros Wanderley
RECORRIDO(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator. (Acórdão nº 9.308, de 02.10.2012). Impedido o Desembargador Presidente Orlando Monteiro Cavalcanti Manso. Ausente, ocasionalmente, os Excelentíssimos Desembargadores Ivan Vasconcelos Brito Júnior e Luciano Guimarães Mata.

Participantes da Sessão: Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Eleitoral ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores Eleitorais: OTÁVIO LEÃO PRAXEDES, HENRIQUE GOMES DE BARROS TEIXEIRA, FREDERICO WILDSOON DA SILVA DANTAS, ANTÔNIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO, LUCIANO GUIMARÃES MATA e ANTÔNIO CARLOS FREITAS MELRO DE GOUVEIA, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA. Impedimento do Exmo. Sr. Desembargadores Eleitorais ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 2 de outubro de 2012.


CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários